



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 1º Quadrimestre de 2020.

Realizada no dia 10 de junho de 2020, às 15h da tarde, através da plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. **PRESENTES** a Deputada Alessandra Campelo e Saullo Vianna. O presidente da comissão, Deputado Ricardo Nicolau, abriu a reunião agradecendo a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos servidores da Sefaz: Alex Del Giglio (Secretário de Estado da Fazenda), Luiz Otávio da Silva (Secretário Executivo do Tesouro), Christiane Travassos dos Santos (Secretária Executiva do Orçamento), Denis Moura de Oliveira Rocha (Analista do Tesouro Estadual), e no suporte técnico: Maria da Conceição Guerreiro (Chefe de Departamento de Contabilidade), Anny Karlliny Saraiva Coelho (Chefe de Departamento de Arrecadação), Luiz Aurélio Carvalho Leite (Chefe de Departamento de Tributação).

Em seguida, passada a palavra para os representantes da Sefaz, o Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva passou a apresentar o relatório indicando o Total da despesa: R\$4,81 Bilhões de reais. A partir disso, o Secretário Executivo expôs os quatro maiores gastos do Governo. Dos quais: 25% Encargos Especiais; 14% Educação; 20% Saúde e 15% Segurança.

Posteriormente, foi apresentado quadro comparativo entre a despesa de 2020 e a despesa de 2019, ambas do 1º quadrimestre. A receita total teve um aumento de 12% no comparativo com o 1º quadrimestre de 2019. Somando R\$6,530 Bi, enquanto ao mesmo período de 2019 o resultado foi de R\$5,820 Bi.

O secretário discorreu que a Despesa de Pessoal sofreu um aumento entre de R\$8 milhões, no comparativo com o ano anterior, e a Distribuição Constitucional aos Municípios cresceu em 6%. Já as demais despesas tiveram o aumento R\$213 milhões, sendo desses, R\$196 milhões de gastos com saúde. O repasse Legal aos Poderes houve um aumento de R\$96 milhões.

Quanto aos indicadores fiscais, demonstrou a porcentagem de gastos com pessoal que adentrou o ano de 2019 acima do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e hoje se encontrava em 47% da Receita Corrente Líquida, valor ainda acima do limite prudencial.

Disse que os gastos com educação ainda estão abaixo do mínimo constitucional de 25%, totalizando 16,49%, e apresentou os gastos da Dívida Consolidada em 45,81%.

Quanto aos gastos com saúde, disse que cresceram em virtude dos gastos com a pandemia do coronavírus, que tiveram R\$973 milhões de reais em valor liquidado, enquanto ao mesmo período do ano anterior foram liquidados R\$777 milhões de reais neste mesmo período.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585

✉ dep.ricardonicolau@aleam.gov.br 📧 @deputadoricardonicolau 📷 @ricardonicolau



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ainda com a palavra, o secretário disse que a receita tributária demonstrava os impactos da pandemia com a receita tributária do governo. Que em março deste ano, comparado com março do ano anterior, a receita teve um aumento de 16%, entretanto, em abril já ocorreu uma diminuição de -2%, e, em maio diminuiu muito, caindo no patamar de -20%. Discorreu, ainda, sobre a variação da arrecadação de ICMS, que teve em maio uma queda histórica de -21%.

Demostrou que, em termos de receita total do Estado, no gráfico, a comparar janeiro de 2020 a maio de 2020, uma tendência de queda, em fevereiro chegando a R\$ 1,995 bi, e em maio totalizando R\$ 1,436Bi.

Em seguida a Deputada Alessandra Campelo questionou se houve uma queda no mensal, mas um aumento no total. Em resposta o Secretário informou que o aumento nos primeiros meses foi antes dos efeitos da pandemia.

Após, o Secretário apresentou demonstrativo da dívida consolidada em relação à receita corrente líquida, destacando uma diminuição de 51,18% para 45,81% no presente ano. Ato seguinte o secretário finaliza e abre para perguntas.

A Deputada Alessandra Campêlo questionou se a queda de maio da arrecadação está abaixo ou acima do esperado, e indagou qual a perspectiva no cenário atual para os meses de junho, julho e agosto. Questionou se o limite constitucional de 25% deveria ser computado no final para alcançar a porcentagem ao final do ano, se não haveria problema de agora estar em 16%. Interrogou, também, se existe alguma discussão no Confaz em relação aos gastos com a educação, já que é uma ordem constitucional, mas em virtude do coronavírus se tornou extremamente custoso em virtude da paralização das aulas presenciais.

O Secretário Alex respondeu a respeito do limite mínimo da educação. Disse que o que importa é o geral ao fim do ano. Então, ao transcorrer do ano, a Seduc, com a volta das atividades, irá cumprir a exigência constitucional.

Quanto à flexibilização constitucional em relação à educação, o secretário disse que houve uma discussão no Confaz de uma flexibilização, que precisaria depois de um projeto de lei, mas essa ideia não prosperou, pois alguns Estados, sobretudo do Nordeste, eram contra esta flexibilização.

Ainda quanto a educação, disse que a tendência é que estes 25%, efetivamente arrecadados, serão menores do que o que estava previsto no orçamento em virtude da queda da receita, então, a tendência é que a educação tenha bem menos recursos do que estava previsto.

Quanto a perspectiva da receita, a receita tributária se comportou muito bem no primeiro trimestre, tanto em termos nominais como em termos gerais, mas começa a ter uma queda em abril, e em maio a maior queda, de 20%.

O secretário mencionou que há um delay entre atividade econômica e arrecadação, em torno de 45 dias, quando fala da receita de abril, ela reflete na atividade econômica de fevereiro. E quando fala de maio está refletindo a atividade do mês de março. Disse que até fevereiro a pandemia ainda estaria em sua fase inicial, que não teve muito impacto. Disse que a partir de março o impacto à



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

economia foi mais agressivo e gerou um resultado no mês de maio. Que ao mês de junho talvez tivesse uma queda, mas que estão esperando arrecadação excepcional do setor dos combustíveis importados e isso deveria fazer com que a queda fosse discreta em termos de ICMS. Corroborou, ainda, que deve ser menor que a de maio, que talvez se aproximasse de abril. Entretanto, informou que a partir de julho o ambiente ainda seria de muita incerteza, sobretudo, porque a Pesquisa do IBGE informou que o Amazonas teve a maior queda no setor industrial, chegando a 46,5%, e isso provavelmente iria incidir na receita, mas ainda não seria possível mensurar. Nas previsões considerou, em um cenário pessimista, uma queda de 15%, que poderia ser menor caso as variáveis econômicas avançassem.

Em seguida, o Presidente Ricardo Nicolau declarou que houve um aumento significativo na arrecadação até março, e uma queda a partir de abril, entretanto, os gastos do Governo foram maiores, algo em torno de R\$213 milhões, e disse que em relação à saúde foram gastos 973 milhões. Perguntou se toda essa diferença foi destinada ao COVID, e qual o planejamento efetivo do Governo para reduzir as despesas. Declarou que se hoje a situação estava confortável, seria em virtude desse aumento de receita. Ato seguinte, perguntou se o gasto a mais foi todo na saúde, e se não houve economia com os procedimentos eletivos cancelados, e qual o planejamento que o Governo está fazendo para reduzir as despesas visto que vai haveria diminuição na arrecadação. Perguntou, ainda, se neste aumento de receita já estariam computados os recursos do Governo Federal enviados ao Amazonas neste quadrimestre.

Em resposta, Alex Del Giglio disse que em relação aos gastos da saúde, houve um equívoco em virtude de não existir antes de 1º de maio, uma rubrica específica para o COVID, não havia programa e ação específica ao COVID. Por conta disso, antes da data citada, muitos gastos foram executados e não foram identificados corretamente a execução. Naquele momento, foi acordado que colocassem no programa AFI a palavra "COVID-19", mas não haveria a segurança de que todos colocaram essa identificação. Disse, ainda, que mesmo tendo criado o portal para demonstrar os gastos do COVID-19, poderiam constar equívocos em virtude de gastos não identificados. Entretanto, todos os gastos estariam no portal da transparência.

Continuou explicando quanto a atitude que seria tomada pelo governo na redução de despesa, afirmou que haveria mecanismos para utilizar a limitação de empenho e limitação de movimentação financeira. Alegou que as despesas menos prioritárias estariam sendo contidas com mais afinco. Que na medida que a arrecadação desse sinal de melhora ou piora a Sefaz teria capacidade de reação.

Com a palavra, a Deputada Alessandra informou que posteriormente haveria uma apresentação da Secretária Cristiane, especificamente sobre o covid-19.

Posteriormente, o Deputado Ricardo Nicolau perguntou qual seria o valor integralizado de verba do Governo Federal, e se seria verdade que o SUS liberou em torno de R\$200 milhões de reais neste momento. E o que isso representaria em comparação ao ano passado.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Repasada a palavra, o secretário afirmou que houve uma lei que liberou a utilização de recursos anterior do SUS, que esse recurso foi liberado para a SUSAM, e a mesma já teria utilizado quase todo esse recurso. Disse que em relação à ajuda do Governo Federal, o Estado iria receber R\$600 milhões em recursos livres para poder utilizar em qualquer área, que iria resolver a folha até dezembro, por isso a garantia do governador ao 13º. Corroborou, ainda, que o Estado dispõe de R\$400 milhões, que a princípio são R\$404 milhões de recursos específicos para utilização na saúde e na assistência social por conta do COVID-19. Que já receberam R\$156 milhões de recursos livres, e R\$101 milhões de recursos vinculados, recursos esses que entraram no dia 09.06.2020, ou seja, no dia anterior à audiência, na Conta única do Estado. Concluiu que iriam receber mais parcelas nos próximos meses de julho, agosto e setembro de 2020.

Com a palavra, o Deputado Ricardo Nicolau indagou se com esse recurso equilibrariam as contas mesmo com a perda de arrecadação, se com esse recurso extra conseguiriam manter o mesmo patamar de 2019.

Em resposta, o secretário informou que isso iria depender da queda de receita, se fosse inferior a 15% eles acreditariam que sim, mas dependeria das transferências constitucionais, a exemplo afirmou que em maio teve queda de 33% em transferências constitucionais, porque os tesouros federais estariam sofrendo mais que os tesouros estaduais.

O secretário da fazenda finalizou dizendo que se encontram em situação muito incerta para fazer previsões, mas acreditava que a receita seria um pouco menor que em 2019. Que o grande desafio do Estado seria em 2021, que não teriam mais o auxílio federal, e ainda estaria ocorrendo uma volta da atividade econômica.

Por fim, o presidente da Comissão fez suas alegações finais e agradeceu a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 1º Quadrimestre 2020.

Deputado RICARDO NICOLAU

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM